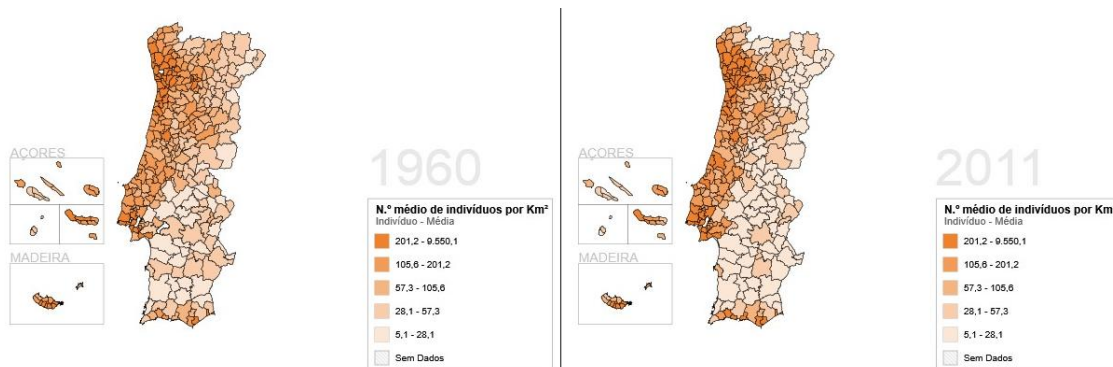


Moção Setorial do Distrito de Viseu ao XXV Congresso Nacional da JSD

“(Re)vitalizar o Interior”

Outrora capitão na descoberta de caminhos marítimos e de novas rotas comerciais, o que nos diferenciou pela coragem, pela audácia mas também pela competência, Portugal parece hoje um país amorfo e desligado do seu ADN de descobridor nato, designadamente no que concerne à exploração do seu território. Somos um país pequeno mas que tem assimetrias cada vez mais evidentes e acentuadas. As diferenças ao longo dos nossos 561 kms de comprimento e 218kms de largura são notórias. Apesar da multiplicidade das paisagens portuguesas serem turisticamente atrativas, o contraste ao longo do nosso território revela ausência de políticas que tratem por igual o que é igual e diferente o que é diferente. Mais do que debater esta questão, é urgente levar o interior a sério e agir.

Enquanto jovens do interior do país que vivem numa Era pós-globalização e de fácil acesso à informação, sabemos melhor do que ninguém aquilo que nos diferencia de outras regiões mais povoadas. No Interior há História a preservar, dinâmica cultural por implementar e oportunidades por explorar. Estamos conscientes de que há condições por assegurar que permitam a fixação populacional nestas zonas do país. O fluxo populacional que se tem verificado nas últimas décadas tem que ser invertido drasticamente e o resultado é a sobrelotação dos grandes centros litorais, onde a vida é cada vez mais cara e a qualidade de vida é cada vez mais reduzida.



Fonte: PORDATA

No Interior deveríamos poder encontrar tudo o que há no litoral. Contudo, apesar da tão discutida “Coesão Territorial”, a ausência de políticas que garantam maior equidade territorial têm reduzido as oportunidades nestas regiões do país. O valor que se podia gerar através da utilização apropriada das características endógenas das regiões do Interior poderia trazer valor acrescentado à economia portuguesa. Contudo, a aposta continua a ser adiada.

A paisagem natural mais conservada e os recursos primários são, ainda hoje, fatores importantes para a dinamização do Interior. Mas mesmo essas carecem de um apoio melhor e mais forte, como se pode constatar pelos dados trazidos pela AEE (Agência Espacial Europeia) através do projeto DesertWatch(2007) que colocou Portugal no top 3 dos países com os solos mais desertificados da Europa. E esta desertificação também se sente no capital humano.

Os solos rústicos, mais proeminentes no Interior do país, garantem aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, e associam-se à conservação e valorização dos recursos naturais, à exploração dos recursos geológicos ou dos recursos energéticos, bem como a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, como definido pelo Decreto Regulamentar nº15/2015 que estabelece os critérios de classificação dos solos. É, portanto, claro para nós que a aposta no Interior deve ser real, contextualizada e efetiva, no sentido de garantir que os jovens de hoje, que são o futuro de amanhã, possam começar desde já a garantir também o futuro do nosso território e das valências que tão bem nos distinguem por esse mundo fora.

Consideramos que a JSD deve ter uma voz forte e ativa na defesa do nosso futuro e das nossas regiões por isso propõe-se ao XXV Congresso Nacional da Juventude Social Democrata que delibere as seguintes medidas diferenciadoras:

- Melhoria das acessibilidades rodoviárias das zonas do Interior, nomeadamente o IP3, ligação Viseu-Coimbra, caso mais concreto de falta de investimento na manutenção ou na criação de uma alternativa mais segura.
- Diferenciação do pagamento de portagens no uso das auto-estradas tendo em conta a localização destas e o seu tráfego, de modo a promover regiões do País mais desertificadas.

- Aumento da disponibilidade dos transportes públicos de maneira a promover o seu uso, como também de facilitar a circulação entre as zonas mais urbanas e as zonas mais rurais do País.
- Adequação/Flexibilização da oferta de ensino superior e profissional tendo em conta o mercado de trabalho local e a necessidade de colmatar défices de recursos humanos em áreas profissionais características da região. Nos territórios onde o tecido empresarial é mais enraizado, é também importante a criação de parcerias com as instituições de ensino.
- Aumento da credibilidade e da importância da formação dos alunos nas instituições de ensino politécnico do Interior do País. Pretende-se que se reforce o quadro docente, aumentando a contratação de Doutorados de forma a credibilizar a instituição e aumentar o número de vagas.
- Criação de incentivos diferenciados para jovens estudantes universitários, residentes no Interior, que tenham de se deslocar para as instituições de ensino longe da sua residência.
- A par do exemplo das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, no que toca às diferenças fiscais, pretende-se benefícios fiscais no IRS para jovens que se queiram fixar no Interior e no IRC para empresas que demonstrem ter domicílio fiscal e pelo menos 80% da sua atividade no Interior.
- Fixação de pessoas no Interior através da criação de novos benefícios para a habitação ou da majoração dos existentes, tendo sempre em conta o domicílio fiscal.
- Criação de um estatuto de Jovem Empreendedor Rural, ligado à Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), que defina as características do tipo de jovem empreendedor beneficiando de um regime de incentivos.
- Junto das entidades competentes, pretende-se que o próximo quadro comunitário tenha um aumento do co-financiamento para projetos agrícolas,

como também um aumento do prémio de instalação do jovem agricultor, com a condição de este investir a totalidade do prémio.

- Deve ser aposta forte, como setor predominante no equilíbrio da balança comercial, a agricultura, sensibilizando a população para a qualidade dos produtos bem como para o local da sua produção. Olhando para as alterações climáticas que vão ocorrendo ao longo dos tempos, deve promover-se a produção agrícola nas zonas mais rurais, retirando-as das zonas mais expostas à poluição atmosférica.
- Aliando as novas tecnologias à agricultura, deve procurar-se atrair jovens com capacidade de desenvolver aplicações digitais de excelência no Interior, promovendo, através do trabalho tecnológico, um estilo de vida mais moderno e enquadrado na realidade dos territórios.

O Interior tem de ser encarado como uma oportunidade. Para além da promoção do trabalho agrícola, os distritos menos povoados poderiam ser uma porta de entrada para investimentos relacionados com o novo mundo tecnológico. A JSD deve olhar para a Coesão Territorial como um ponto importante para garantir a equidade social, que tão bem define a matriz Social-Democrata, mas também como forma de assegurar o futuro de toda a juventude portuguesa.